

*Ricardo Roque, Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, 420 páginas.

*Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895* é o título do trabalho do Dr. Ricardo Roque publicado em 2001 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e a que a imprensa cultural portuguesa (finjamos que existe) deu pouca atenção. Diga-se desde já que se trata de um trabalho excelente. No início da obra, o autor esclarece que o texto corresponde, no fundamental, à dissertação de mestrado em Economia e Sociologia Históricas (Séculos XV-XX) que apresentou na Faculda-

de de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Janeiro de 2000 com o mais sintético título *Antropologia e Império* e sob a orientação do Prof. Doutor Diogo Ramada Curto, que é também o autor do prefácio desta edição.

Divide-se este estudo em três partes — «O império em acção», «O indígena de Satari — estudo antropológico» e «Ao serviço do império: as múltiplas faces do conhecimento antropológico colonial» —, mas cada uma delas constitui, ou poderia constituir, um estudo independente.

Para mim é, de longe, a mais importante, a primeira parte, dividida em dois capítulos, o primeiro do quais sobre «A ordem imperial ameaçada» e o segundo sobre «A expedição militar à Índia em 1895-1896». Ricardo Roque faz um estudo, quase diria pioneiro, sobre as motivações da acção ultramarina portuguesa no fim do século XIX, quando às revoltas locais se respondia com «campanhas de pacificação», que mais não eram do que o repor de uma autoridade desafiada por aqueles que se sentiam lesados por um ou outro motivo, geralmente pagamento de impostos ou recrutamento obrigatório. Traça o autor um amplo panorama das preocupações causadas pelas ambições estrangeiras — alemãs, inglesas e francesas — sobre o que restava do império português, embora acrescente outros dois «inimigos»: as condições climatéricas e os «nativos» que resistiam e desobedeciam «à soberania portuguesa e à administração colonial». Estas rebeliões dos «nativos», na Índia como em África,

estão em muitos casos interligadas com a pressão dos outros impérios, mas nem sempre: muitas vezes resultam da pouca habilidade das autoridades administrativas portuguesas na cobrança do imposto ou no recrutamento local, na obtenção de soldados para combaterem noutros continentes. Não faltavam em Lisboa os que reclamavam a ocupação efectiva dos territórios, considerando-a mesmo, em termos económicos, a mais vantajosa. Embora escassas — não é esse o objectivo da obra —, algumas páginas desta primeira parte do trabalho de Ricardo Roque são mesmo dedicadas à questão da reforma de 1895 do exército português, importante, mas controversa, como todas as reformas e com o habitual defeito português de ignorar as realidades locais: os usos, os costumes, a religião, as superstições... O segundo capítulo desta primeira parte, dedicado, como já se disse, à expedição militar de 1895-1896, tem dois curiosos apontamentos: a rapidez com que o governo de Hintze Ribeiro organizou a expedição a Goa a fim de garantir «a integridade da pátria» e o entusiasmo das populações dos lugares donde saíram tropas para a expedição. Em Portugal continuava muito viva a humilhação do *ultimatum* de 1890 e tudo quanto promettesse feitos militares, afirmação de soberania, era acolhido e apoiado com entusiasmo. Não que Goa estivesse na primeira linha das preocupações nacionais. África, e principalmente Moçambique e Angola (vagamente a Guiné), esses sim, eram a prioridade. No entanto, se o princípio era a defesa do império, então todas as suas par-

celas deviam ser defendidas, em todas devia ser imposta a autoridade portuguesa. Foi um movimento que, a despeito de algumas vozes críticas, galvanizou monárquicos e republicanos e, curiosamente, se arrastou até ao 25 de Abril. Isto, porém, é outra história e só vem a talhe de foice porque Ricardo Roque — aqui talvez sem querer — acaba por fazer ressaltar esse aspecto inicial da ideia imperial.

Voltando a Fonseca Cardoso. A presença na expedição à Índia de 1895 do alferes de infantaria Artur da Fonseca Cardoso trará, sem que na altura alguém tivesse dado por isso, um novo aspecto a esta expedição, aspecto até agora pouco conhecido e menos ainda devidamente enquadrado. O próprio autor o reconhece: «[...] na actual história da antropologia (social) portuguesa, Fonseca Cardoso é uma figura lateral, quase obscura, ofuscada por cientistas hoje mais celebrados.» Todavia, Mendes Correia (outro nome esquecido, apesar de, no seu tempo, ter sido figura importante) não só o tirou do limbo em que repousava (chamou-lhe «homem excepcionalmente sabedor e tenaz»), como, devido ao seu «muito valioso» trabalho *O Indígena de Satari*, publicado em 1897, o elevou, bem ou mal, à categoria de fundador da «antropologia colonial portuguesa».

Na segunda parte da obra, o autor discute o modo como se articulam «colonialismo» e «antropologia», demora-se na descrição dos esforços de Fonseca Cardoso para levar a cabo os seus projectos de antropometria, as suas ligações à Sociedade Carlos Ribeiro, as suas intenções de, já em

1895, proceder a observações antropométricas, no caso dos portugueses do Minho (a sua província natal), trabalho que é impedido de realizar devido à sua mobilização para a Índia. Um acidente que, no entanto, vai permitir-lhe esboçar um estudo das populações da região de Satari com as suas observações «em 44 satarrienses, todos homens de 20 a 50 anos de idade», ponto de partida para a luta que travou para despertar entre os meios académicos portugueses o interesse pela antropologia das colónias. Infelizmente, as condições do país não favoreceram os esforços de Fonseca Cardoso e dos seus companheiros, em particular Rocha Peixoto, e muitos anos haveriam de passar até que merecessem reconhecimento. Fonseca Cardoso procurou e não conseguiu obter para o seu trabalho audiência tanto interna como externamente. Ricardo Roque salienta-o e procura as possíveis explicações, concluindo: «Em Portugal, entre finais do século XIX e inícios deste século, aquilo que garantia credibilidade científica e uma carreira académica proveitosa na antropologia ou na etnologia não eram as colónias, o orientalismo, a Índia, Timor ou África. Era o povo português.»

A terceira e última parte constitui, na definição do autor, «uma navegação pelas formas de conhecimento antropológico na viragem do século» e encerra «com uma incursão pelas organizações museológicas dedicadas à colecção, acumulação e exposição de objectos coloniais de valor antropológico».

Disse acima que se está perante um trabalho excelente e quis deixar

bem clara logo de entrada essa opinião para mais tranquilamente poder fazer algumas observações. É que a qualidade do trabalho, o cuidado posto nas notas, a riquíssima bibliografia, mostram que o autor foi extremamente consciencioso e nada deixou ao acaso ou sem fundamentação. Todavia, Ricardo Roque não parece muito entusiasmado com a sua personagem, claramente escolhida como pretexto para a abordagem do tema. Uma vez apresentada e defendida a tese, autor e leitor só teriam a ganhar com a sua redução a dimensões mais modestas. Aqui teria cabido papel decisivo ao editor, que, penso eu, bem poderia ter aconselhado o autor a trabalhar o texto, de forma a torná-lo mais leve para interessados e especialistas e suficientemente atractivo para um público mais vasto, que talvez não exista, mas que pode fingir-se que sim.

MÁRIO MATOS E LEMOS